

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Enciclopédia do Românico em Portugal

PORTUGAL

VOLUME I

Diretor

José María Pérez González

Coordenação geral

Jaime Nuño González

Coordenação científica

Maria Leonor Botelho

Mário Jorge Barroca

Lúcia Cardoso Rosas

César Guedes



Centro de Estudios del Románico

AGUILAR DE CAMPOO
2023

Coordenação geral

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Coordenação científica

MARIA LEONOR BOTELHO
MÁRIO JORGE BARROCA
LÚCIA CARDOSO ROSAS
CÉSAR GUEDES

Coordenação técnica

CÉSAR GUEDES
PEDRO LUIS HUERTA HUERTA

Administração

REYES ALONSO CASTREÑO

Autores dos textos

Estudos introdutórios gerais

ADELAIDE MIRANDA
ANA CRISTINA SOUSA
JOSÉ AUGUSTO SOTTOMAYOR-PIZARRO
LÚCIA CARDOSO ROSAS
LUÍS CARLOS AMARAL
LUÍS CORREIA DE SOUSA
LUÍSA TRINDADE
MARIA LEONOR BOTELHO
MARIA JOÃO MELO
MÁRIO JORGE BARROCA
NUNO RESENDE
PAULA PINTO COSTA

Estudos dos testemunhos românicos

ADELAIDE MIRANDA (AM)
ALICIA MIGUÉLEZ CAVERO (AMC)
ANA CRISTINA SOUSA (ACS)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES (ICFF)
JOANA LENCART (JL)
LÚCIA CARDOSO ROSAS (LCR)
LUÍS CORREIA SOUSA (LCS)
MANUEL PEDRO FERREIRA (MPF)
MARIA JOÃO MELO (MJM)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MÁRIO CUNHA (MC)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
NUNO RESENDE (NR)
RITA CASTRO (RC)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TIAGO CRUZ (TC)

Autores das fotografias

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO
(ANTT)
BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (BNF)
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO
(BPMP)

BING MAPS
BRITISH MUSEUM (BM)
CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA (CME)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CÉSAR GUEDES (CG)
CLÁUDIA CUNHA (CC)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
FRANCISCO PIQUEIRO/FOTO ENGENHO (FP)
GIL MARTINS (GM)
GOOGLE MAPS
JAIME NUÑO GONZÁLEZ (JNG)
JOÃO FERRAND FOTOGRAFIA (JFF)
LUÍS FERREIRA ALVES (LFA)
LUÍSA TRINDADE (LT)
MARIA LEONOR BOTELHO (MLB)
MARIANA SILVA (MS)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MÁRIO VARELA GOMES (MVG)
MARTA FERREIRA (MF)
MÉDIATHÈQUE JACQUES-CHIRAC, TROYES
CHAMPAGNE MÉTROPOLE (MJCTCM)
MICHAEL SCHLAPKOHL (MSCH)
MUSEU DE ARTE SACRA DE AROUCA (MASA)
MUSEU DE ARTE SACRA DO FUNCHAL (MASF)
MUSEU NACIONAL GRÃO VASCO, DIREÇÃO-
GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
(MNGV-DGPC)
NUNO BASTOS (NB)
NUNO RESENDE (NR)
PALAIS DES BEAUX-ARTS DE LILLE (PBAL)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓ-
NIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO
PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVANA VIEIRA DE SOUSA (SVS)
TESOURO MUSEU DE ARTE SACRA DA SÉ DE
VISEU (TMASSV)
TIAGO CRUZ (TC)
UNIVERSITEIT LEIDEN, LEIDEN UNIVERSITY
LIBRARIES (UL)

Coordenação dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA

Revisão dos planos

TERESA CUNHA FERREIRA
MARIANA CARVALHO

Desenhos elaborados para a

Enciclopédia do Românico em Portugal

GIL MARTINS (GM)
MARIANA SILVA (MS)

MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NUNO BASTOS (NB)
SIMONE RUIVO (SR)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)

Fontes e cedência de planos

AGOSTINHO LEMOS (AL)
AMÂNDIO CUPIDO (AM)
ANA INÁCIO (AI)
ANDRÉ MACHADO (AM)
ANTÓNIO RIBEIRO (AR)
ARCHEO'ESTUDOS, LDA. (AEL)
BLEDIAN NELLA (BN)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL
(CMAS)
CÂMARA MUNICIPAL DE ALONDROAL (CMAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR (CMAR)
CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO (CMG)
CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO (CMLAM)
CÂMARA MUNICIPAL DE LANHOSO (CMLAN)
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA (CMLEI)
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (CMLIS)
CÂMARA MUNICIPAL DE PALMELA (CMPAL)
CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA (CMPEN)
CÂMARA MUNICIPAL DE SABUGAL (CMSAB)
CÂMARA MUNICIPAL DE SILVES (CMSIL)
CÂMARA MUNICIPAL DE TRANCOSO (CMT)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA
BARQUINHA (CMVNB)
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA POUCA DE
AGUIAR (CMVPA)
CRISTINA COSTA (CC)
DAVID MÓSCA (DM)
DIREÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E
MONUMENTOS NACIONAIS (DGEMN)
DIREÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO NORTE
(DRCN)
EDUARDO VILA-CHÃ (EVC)
EMPATIA. ARQUEOLOGIA, CONSERVAÇÃO E
RESTAURO (EACR)
ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE
DO MINHO (EAUM)
FRANCISCO BARATA (FB)
FRANCISCO OLIVEIRA (FO)
FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL (FSMLR)
G. ALVES (GAL)
GABRIEL ANDRADE (GAN)
GABRIEL SILVA (GS)
GABRIELA VASCONCELOS (GV)
GONÇALO BYRNE (GB)
HUGO ALMEIDA (HA)
HUGO MONTE (HM)
HUGO PIRES (HP)
ISABEL NORTON (IN)
JOANA ARAÚJO (JAR)
JOANA MOREIRA (JM)
JOSÉ AGUIAR (JAG)
JOSÉ NEVES (JN)

JORGE DA COSTA (JC)
L. LIMA (LL)
LÍDIA COSTA (LC)
LUÍS RODRIGUES (LR)
LUÍS TRINIDADE (LT)
MÁRIO JORGE BARROCA (MJB)
MARTA FERREIRA (MF)
MIGUEL MALHEIRO (MM)
MIGUEL ROCHA (MR)
MIGUEL TOMÉ (MT)
NILMA MUÑOZ (NMU)
NUNO MOREIRA (NMO)
PABLO BAÑASCO (PB)
PEDRO AZEVEDO (PA)
PEDRO BISCAIA (PBI)
PEDRO NOGUEIRA (PN)
PEDRO PACHECO (PP)
PRATIK GAJJAR (PG)
R. OLIVEIRA (RO)
RAQUEL PINHO (RP)
RICARDO DIAS (RD)
RICARDO TEIXEIRA (RT)
ROSA VARELA GOMES (RVG)
ROTA DO ROMÂNICO (RR)
RUI COUTO (RC)
RUI FARIA (RF)
SANDRA RALHA (SR)

SÉRGIO AZEVEDO (SA)
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO / DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL (SIPA-DGPC)
SILVIA MENDES (SM)
SUSANA COSME (SC)
TERESA CUNHA FERREIRA (TCF)
TIAGO CARVALHO (TC)
TOPARCOS, LDA. (TAL)
VISTRAÇO. ATELIER DE ARCHITECTURE E ENGENHARIA, LDA. (VAAEL)

Revisão bibliográfica

CÉSAR GUEDES

Índices

JAIME NUÑO GONZÁLEZ

Cartografia

DIELMO 3D, S.L.

Edição

JESÚS HERRÁN CEBALLOS

Supervisão

BEGOÑA DIEZ MIGUELÁÑEZ

Edita

FUNDACIÓN SANTA MARÍA LA REAL DEL PATRIMONIO HISTÓRICO
Centro de Estudios del Románico
Monasterio de Santa María la Real
34800-Aguilar de Campoo (Palencia)
www.encyclopediadelromanico.com

© Dos textos, das fotografias e dos planos: autores

© Da edição: Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico

ISBN (obra completa) 978-84-17158-41-5

ISBN (tomo I) 978-84-17158-42-2

ISBN (tomo II) 978-17158-43-9

ISBN (tomo III) 978-17158-44-6

Depósito legal: P 151-2023

Design e impressão

CAMUS IMPRESORES, S.L.

Parque Emp. de Morero, parcela 2-11,
nave 19 / 39611 Guarnizo (Cantabria)

Agradecimentos

A Fundação Santa María la Real manifesta a sua gratidão a todos aqueles e a todas as instituições que tornaram possível este trabalho, desde o seu início até à sua conclusão, superando dificuldades e abrindo caminho, sempre com absoluta bondade e muitas vezes desinteressadamente, facilitando os nossos pedidos. Gostaríamos, especialmente, de agradecer ao grande grupo de pessoas anónimas, párocos ou paroquianos, que abriram as portas das igrejas, ou aos colaboradores dos museus e monumentos que tornaram possível o acesso às peças ou a espaços mais res- tritos. Agradecemos por terem aguardado com infinita paciência o tempo que foi necessário para podermos desenvolver o nosso trabalho. Sem a sua ajuda, este trabalho e o estudo e conservação do património cultural, em geral, seria impossível.



FUNDACIÓN
RAMÓN ARECES



Sumário

APRESENTAÇÕES

José María Pérez González <i>Diretor da Enciclopédia do Românico na Península Ibérica</i>	15
Raimundo Perez-Hernández <i>Diretor Geral da Fundación Ramón Areces</i>	17
Apresentação geral <i>Maria Leonor Botelho, Mário Jorge Barroca, Lúcia Maria Cardoso Rosas e César Guedes</i>	19

ESTUDOS

A aristocracia e a expansão do românico (séculos XI - XIII) <i>José Augusto Sotomayor-Pizarro</i>	25
A restauração eclesiástica do Norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII) <i>Luís Carlos Amaral</i>	41
As Ordens Militares na época românica <i>Paula Pinto Costa</i>	61
A pontística medieval <i>Nuno Resende</i>	75
Urbanismo na época românica <i>Luísa Trindade</i>	87
Arquitetura civil e militar portuguesa durante o Românico <i>Mário Jorge Barroca</i>	103
Arquitetura Românica de função religiosa <i>Lúcia Cardoso Rosas</i>	119
Para Deus o melhor... Ourivesaria e torêutica do Românico <i>Ana Cristina Sousa</i>	139
Manuscritos iluminados do Românico <i>Adelaide Miranda, Luís Correia de Sousa e Maria João Melo</i>	159
Os restauros da DGEMN e a construção da imagem do românico português <i>Maria Leonor Botelho</i>	175

CATÁLOGO

VOLUME I

ÁGUEDA (Lamas do Vouga)	191
<i>Ponte do Cabeço de Vouga</i>	191
ALANDROAL (Juromenha)	195
<i>Castelo de Juromenha</i>	195
ALCÁCER DO SAL (Alcácer do Sal)	203
<i>Castelo de Alcácer do Sal</i>	203
ALCOBAÇA (Alcobaça)	211
<i>Castelo de Alcobaça</i>	211
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	215
<i>Mosteiro de Santa Maria. Jacente da Rainha D. Urraca</i>	220
ALJEZUR (Aljezur)	227
<i>Castelo de Aljezur</i>	227
<i>Ribãt de Arrifana</i>	230
AMARANTE (Freixo de Baixo)	239
<i>Mosteiro do Divino Salvador</i>	239
AMARANTE (Gatão)	247
<i>Igreja de São João Batista</i>	247
AMARANTE (Gondar)	253
<i>Igreja de Santa Maria</i>	253
AMARANTE (Jazente)	261
<i>Igreja de Santa Maria</i>	261
AMARANTE (Lufrei)	267
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	267
AMARANTE (Mancelos)	271
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	271
AMARANTE (Padronelo)	281
<i>Paço de Dona Loba</i>	281
AMARANTE (Real)	285
<i>Igreja de São Salvador</i>	285
AMARANTE (Telões)	289
<i>Igreja de Santo André</i>	289
AMARANTE (Travanca)	295
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	296
AMARES (Pousada)	311
<i>Ponte do Porto</i>	311
AMARES (Santa Maria de Ferreiros)	315
<i>Torre de Vasconcelos</i>	315
ARCOS DE VALDEVEZ (Ermelo)	321
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	322
ARCOS DE VALDEVEZ (Giela)	335
<i>Paço de Giela</i>	335
ARCOS DE VALDEVEZ (Miranda)	339
<i>Mosteiro de Santa Maria</i>	339
ARCOS DE VALDEVEZ (Monte Redondo)	343
<i>Igreja de São Martinho/São Bartolomeu</i>	343
ARCOS DE VALDEVEZ (Sabadim)	347
<i>Igreja de São Salvador</i>	347

ARCOS DE VALDEVEZ (Comenda de Távora)	351
<i>Capela de São João Batista da Comenda</i>	351
ARMAMAR (Armamar)	359
<i>Igreja de São Miguel</i>	360
AROUCA (Arouca)	369
<i>Mosteiro de Arouca. Díptico-relicário de Arouca</i>	369
AROUCA (Santa Eulália).....	385
<i>Marmoiral de Santo António</i>	385
BAIÃO (Ancede)	389
<i>Igreja Velha do mosteiro de Ermelo</i>	390
<i>Mosteiro de Santo André</i>	393
BAIÃO (Valadares).....	399
<i>Igreja de Santiago</i>	399
BARCELOS (Abade de Neiva).....	405
<i>Igreja de Santa Maria</i>	405
BARCELOS (Areias de Vilar)	413
<i>Mosteiro de Vilar de Frades</i>	413
BARCELOS (Balugães)	421
<i>Igreja Velha de São Martinho</i>	421
BARCELOS (Manhente)	425
<i>Mosteiro de São Martinho</i>	425
BARCELOS (Rio Covo - Santa Eulália)	435
<i>Igreja de Santa Eulália</i>	435
BARCELOS (Vila Cova)	441
<i>Mosteiro de São Salvador de Banho</i>	441
BARCELOS (Vila Seca)	447
<i>Igreja de Santiago</i>	447
BOTICAS (Covas do Barroso)	451
<i>Igreja de Santa Maria</i>	451
BRAGA (Braga)	455
<i>Sé/Catedral</i>	460
<i>Museu do Tesouro da Sé de Braga</i>	475
BRAGA (Gualtar).....	485
<i>Igreja de São Miguel</i>	485
BRAGA (Lomar)	489
<i>Igreja de São Pedro</i>	489
BRAGA (São Jerónimo de Real)	495
<i>Cenotáfio de São Martinho de Dume</i>	495
BRAGA (São Paio de Merelim / Vila do Prado)	505
<i>Ponte do Prado</i>	505
BRAGANÇA (Castro de Avelãs)	509
<i>Mosteiro de São Salvador</i>	510
BRAGANÇA (Santa Maria)	523
<i>Paço da Cisterna (Domus Municipalis)</i>	524
CABECEIRAS DE BASTO (Cavez)	535
<i>Ponte de Cavez</i>	535
CAMINHA (Arga de Baixo)	541
<i>Mosteiro de São João</i>	541
CAMINHA (Vile).....	545
<i>Igreja de São Pedro de Varais</i>	546

CANTANHEDE (Sepins)	553
<i>Igreja de São João Batista. Tímpano</i>	553
CARRAZEDA DE ANSIÃES (Selores)	555
<i>Castelo de Ansiães</i>	555
<i>Igreja de São Salvador de Ansiães</i>	562
CASTRO DAIRE (Ermida)	577
<i>Mosteiro da Ermida do Paiva</i>	577
CELORICO DE BASTO (Arnóia)	591
<i>Castelo de Arnóia</i>	591
<i>Mosteiro de São João</i>	595
CELORICO DE BASTO (Fervença)	601
<i>Igreja do Divino Salvador</i>	601
CELORICO DE BASTO (Ribas)	607
<i>Mosteiro do Salvador</i>	607
CELORICO DE BASTO (Veade)	615
<i>Igreja de Santa Maria</i>	615
CHAVES (Cimo de Vila de Castanheira)	623
<i>Igreja de São João Batista</i>	623
CHAVES (Outeiro Seco)	627
<i>Capela de Nossa Senhora da Azinheira</i>	628
CHAVES (Santa Leocádia de Montenegro)	637
<i>Igreja de Santa Leocádia</i>	637
CHAVES (Santa Maria Maior)	645
<i>Igreja de Santa Maria Maior</i>	645
CHAVES (São Julião de Montenegro)	649
<i>Igreja de São Julião</i>	649
CHAVES (Vale de Anta)	655
<i>Capela da Granjinha</i>	655
CINFÃES (Oliveira do Douro)	659
<i>Igreja de São Pedro da Ermida</i>	660
CINFÃES (Souselo)	663
<i>Igreja de Santa Maria de Escamarão</i>	663
CINFÃES (São Cristóvão de Nogueira)	669
<i>Igreja de São Cristóvão</i>	669
CINFÃES (Tarouquela)	677
<i>Mosteiro de Santa Maria Maior</i>	678
COIMBRA (Coimbra)	691
<i>Cidade</i>	691
COIMBRA (Almedina)	703
<i>Sé-Velha</i>	703
<i>Museu Nacional de Machado de Castro</i>	731
COIMBRA (Santa Cruz)	765
<i>Mosteiro de Santa Cruz</i>	765
<i>Igreja de Santa Justa (vestígios)</i>	772
COIMBRA (São Bartolomeu)	775
<i>Igreja de Santiago</i>	775
COIMBRA (São Paulo de Frades)	789
<i>Igreja de São Paulo</i>	789
COIMBRA (Sé Nova)	793
<i>Igreja do Salvador</i>	793

Estudos

A aristocracia e a expansão do românico (séculos XI-XIII)

José Augusto Sottomayor-Pizarro

A restauração eclesiástica do norte hispânico e a formação da primeira rede diocesana portuguesa (séculos XI-XIII)

Luís Carlos Amaral

As Ordens Militares na época românica

Paula Pinto Costa

A pontística medieval

Nuno Resende

Urbanismo na época românica

Luísa Trindade

Arquitetura civil e militar portuguesa durante o Românico

Mário Jorge Barroca

Arquitetura Românica de função religiosa

Lúcia Cardoso Rosas

***Para Deus o melhor...* Ourivesaria e torêutica do Românico**

Ana Cristina Sousa

Manuscritos iluminados do Românico

Adelaide Miranda, Luís Correia de Sousa e Maria João Melo

Os restauros da DGEMN e a construção da imagem do românico português

Maria Leonor Botelho

A aristocracia e a expansão do românico (*séculos XI - XIII*)

José Augusto Sottomayor-Pizarro

Desde o início do século XI – o que parece reunir o consenso da maioria dos historiadores – o Ocidente europeu entrou num processo de crescimento e de expansão para o qual convergiram diferentes causas, desde as políticas às económicas, passando pelas demográficas e sociais. No caso da Hispânia, e depois dos problemas vividos ao longo da segunda metade da centúria anterior, tanto pela instabilidade que marcou o panorama político das monarquias cristãs como pela pressão militar exercida a partir do califado de Córdoba, tudo aponta para uma crescente estabilização a partir do final do primeiro terço do século XI, com uma profunda reorganização política. Na verdade, a extinção da monarquia astur-leonesa bem como do mesmo califado cordovês, provocaram um reordenamento político sob a égide da família real de Pamplona, com a transformação do condado de Castela em reino e a sua junção ao reino de Leão, a promoção do condado de Aragão a reino, e a fragmentação do al-Andaluz em dezenas de pequenos reinos taifas, mantendo-se o reino de Pamplona e o conglomerado de condados que pelo final da centúria viriam a configurar o espaço catalão.

Ora, o facto de todas estas transformações políticas serem acompanhadas por um evidente crescimento económico que afetou de forma muito positiva os reinos cristãos, os quais não só beneficiaram da menor pressão militar vinda do espaço muçulmano como ainda aproveitaram os ingressos em ouro e moeda decorrentes das párias, ou seja, dos tributos de paz pagos pelas monarquias taifas aos distintos reinos cristãos, potenciou um acentuado desenvolvimento construtivo, com reflexos evidentes no alargamento das malhas urbanas, também exigidas pela crescente pressão demográfica, sendo de sublinhar, meramente como exemplo, a maior dinâmica das rotas de peregrinação, de entre as quais como é natural se destacavam as que conduziam até Santiago de Compostela.

Todas estas circunstâncias mais gerais ocorrem num período crucial de mutações ao nível do grupo aristocrático, com a ascensão dos *miles* e de famílias que até ali se encontravam num plano secundário – sobre as quais já voltarei a falar –, e que vão aproveitar muito bem as oportunidades oferecidas pelos benefícios da economia de fronteira, adquirindo terras e recolhendo saques, esforço que os reis premiavam pela necessidade de cada monarquia em consolidar os aumentos territoriais conseguidos através da Reconquista nesta fase de clara expansão, reorganizando-se e povoando-se os territórios junto do vale do Douro e avançando-se mesmo em direção ao Tejo e ao Ebro. Assim, não nos deve surpreender a referida pujança construtiva no Ocidente europeu a partir do ano mil, tanto no mundo urbano como no rural, destacando-se neste a expansão do mundo monástico, ao qual não podemos deixar de associar o grupo da nobreza.

Com efeito, a relação entre a aristocracia e o mundo monástico ao longo da idade média, em particular até ao século XIII, foi há muito sublinhada como uma das características mais marcantes da sociedade medieval. Esse fenómeno acentuou-se com a difusão da regra beneditina desde o século X, mas em particular no quadro dos movimentos reformistas da segunda metade do século XI, quando o Papado se vai progressivamente libertando da asfixiante tutela imperial alemã e se afirma como um poder de características universalistas; no âmbito desse movimento, levado a cabo desde meados daquela centúria por diversos pontífices, imbuídos de

uma profunda vontade reformadora e responsáveis por um programa continuado vulgarmente conhecido como *Reforma Gregoriana*, a Cristandade perde o seu perfil eminentemente *Cristológico*, ou seja, erigida em torno de um conjunto de princípios teológicos e de textos baseados nos episódios da vida de Cristo e da Sua Palavra, surgindo agora claramente *Eclesiológica*, isto é, cada vez mais centralizada em torno da Igreja, organizada a partir de um vértice que é o Bispo de Roma, poder supremo sobre toda a hierarquia eclesiástica, desde um remoto pároco de aldeia até ao mais poderoso dos arcebispos.

Entre outras medidas de cunho centralista destaca-se, por exemplo, a adoção do rito litúrgico romano, imposto a toda a Cristandade em prejuízo de práticas de cunho regional, como aconteceu na Península Ibérica com o chamado rito moçárabe ou Hispânico, assim como fórmulas homogêneas de organização monástica, adotando-se as regras de São Bento ou de Santo Agostinho, também em detrimento de outras regras de âmbito regional, como aconteceu com a regra de São Fructuoso, tão difundida no noroeste peninsular. Por outro lado, e tal como o Papa, cuja eleição deveria ser independente de qualquer interferência do imperador Germânico, uma das linhas mestras em que assentava aquele movimento reformista pretendia libertar a Igreja de qualquer tutela laica, fosse de que natureza fosse, pelo que muitos laços de dependência que vinham desde a alta idade média, como era o caso das igrejas próprias ou os mosteiros familiares, sujeitos a todo o tipo de transação como se de bens comuns se tratassem, deveriam ser extirpados. A tendência, ao longo do século XII, foi no sentido de os proprietários abdicarem da posse material dos referidos institutos, recebendo em troca alguns privilégios de natureza espiritual, como o direito de padroado, entre outros, como mais adiante se verá.

Há alguns anos, concretamente em 2014, tive a oportunidade de chamar a atenção para a articulação entre o evidente aumento de cenóbios pelos finais do século XI e a crescente importância de um conjunto de famílias da aristocracia nortenha, através de um complexo processo que se desenvolveu a partir do início dessa centúria ou mesmo, em alguns casos, do século X, conhecidos por *Infanções*, que foram paulatinamente ocupando o lugar preeminente que a velha nobreza condal detivera desde as presúrias do século IX. O termo evoluiu desde o século IX até ao século XII: até meados do século XI, e referindo-se provavelmente aos jovens do grupo dominante, designava os membros dos séquitos armados dos reis e magnates e a estes ligados por compromissos de fidelidade pessoal; a partir de então correspondia aos que eram nobres pelo nascimento, independentemente da sua função ou riqueza, constituindo a segunda categoria da nobreza, a seguir aos *Ricos-Homens*.

Como então tive a oportunidade de referir, uma das características mais interessantes dessas estirpes – um conjunto de indivíduos da nobreza média assim referidos pela documentação, e oriundos de famílias cujas origens cronológicas, geográficas ou sociológicas podiam ser muito variadas – era a sua íntima ligação com uma densa rede de comunidades monásticas, que é também uma nota muito própria da paisagem do *Norte Senhorial*, realidade que na verdade era tanto laica como eclesiástica, como de resto se poderia verificar nos vizinhos reinos da Galiza e de Leão, uma vez que os mosteiros, como afirmou Martínez Sopena em 2007, "(...) formaban parte del patrimonio familiar, con la peculiaridade de que la condición de coherederos potenciaba la cohesión de los parientes; es decir, los monasterios eran una referencia muy importante de la identificación colectiva".

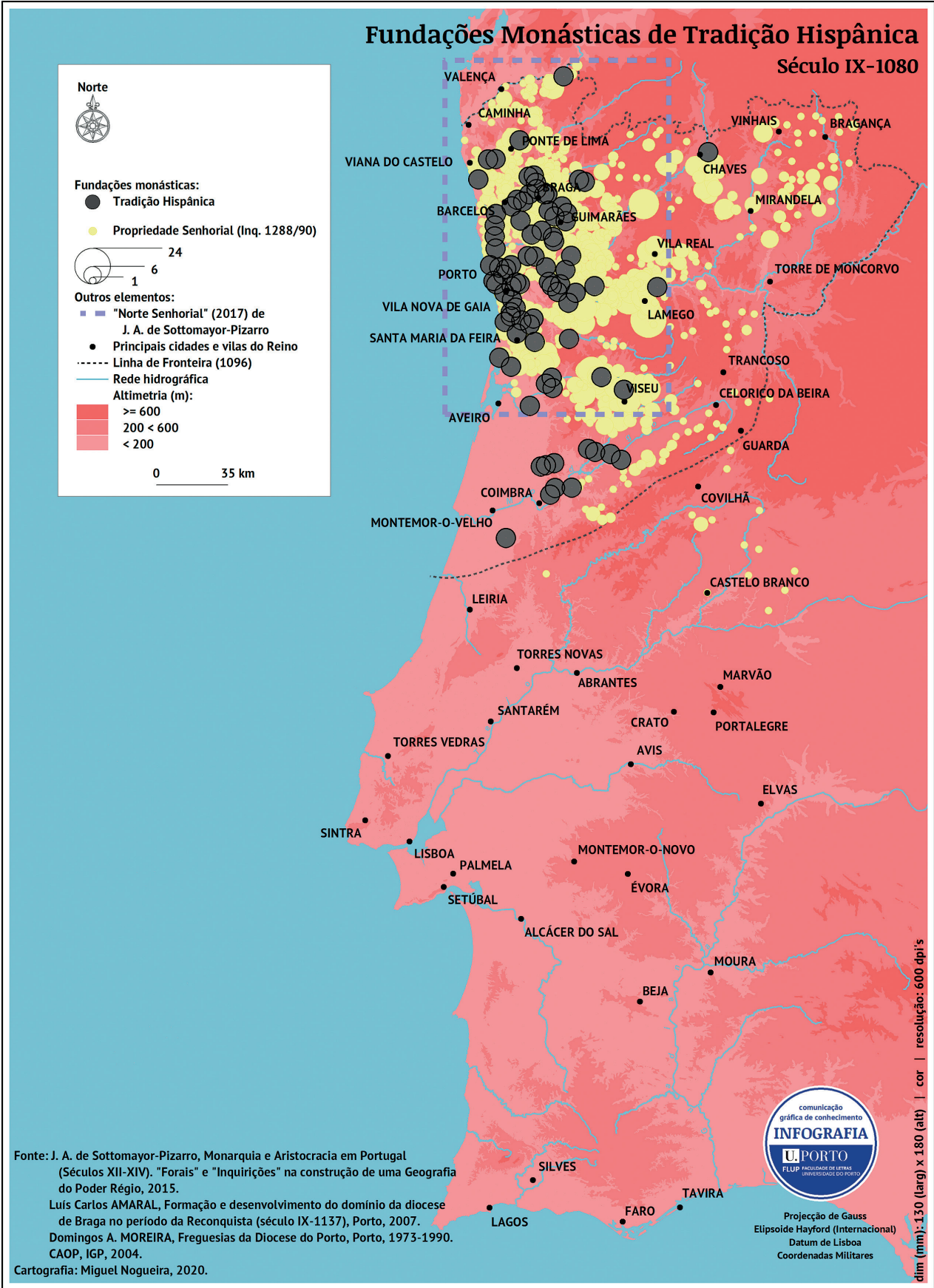
Ora, estas famílias, num claro propósito de emulação das estirpes mais antigas, assumiram a fundação de novos cenóbios ou a proteção de outros mais antigos, mas todos comungando dos novos ventos reformistas que sopravam desde Roma, como um mecanismo de projeção social e de afirmação do seu poder e prestígio a nível local ou regional; dito por outras palavras, se a fundação do mosteiro de Santa Maria de Guimarães, em meados do século X, pela mão da célebre condessa Dona Mumadona Dias, para a qual contou com o prestigioso apoio do rei astur-leonês Ramiro II, significara o domínio incontestado que a sua família exercia no condado de Portucale, senhoreado a partir de Guimarães, não foi menos importante para a prosápia



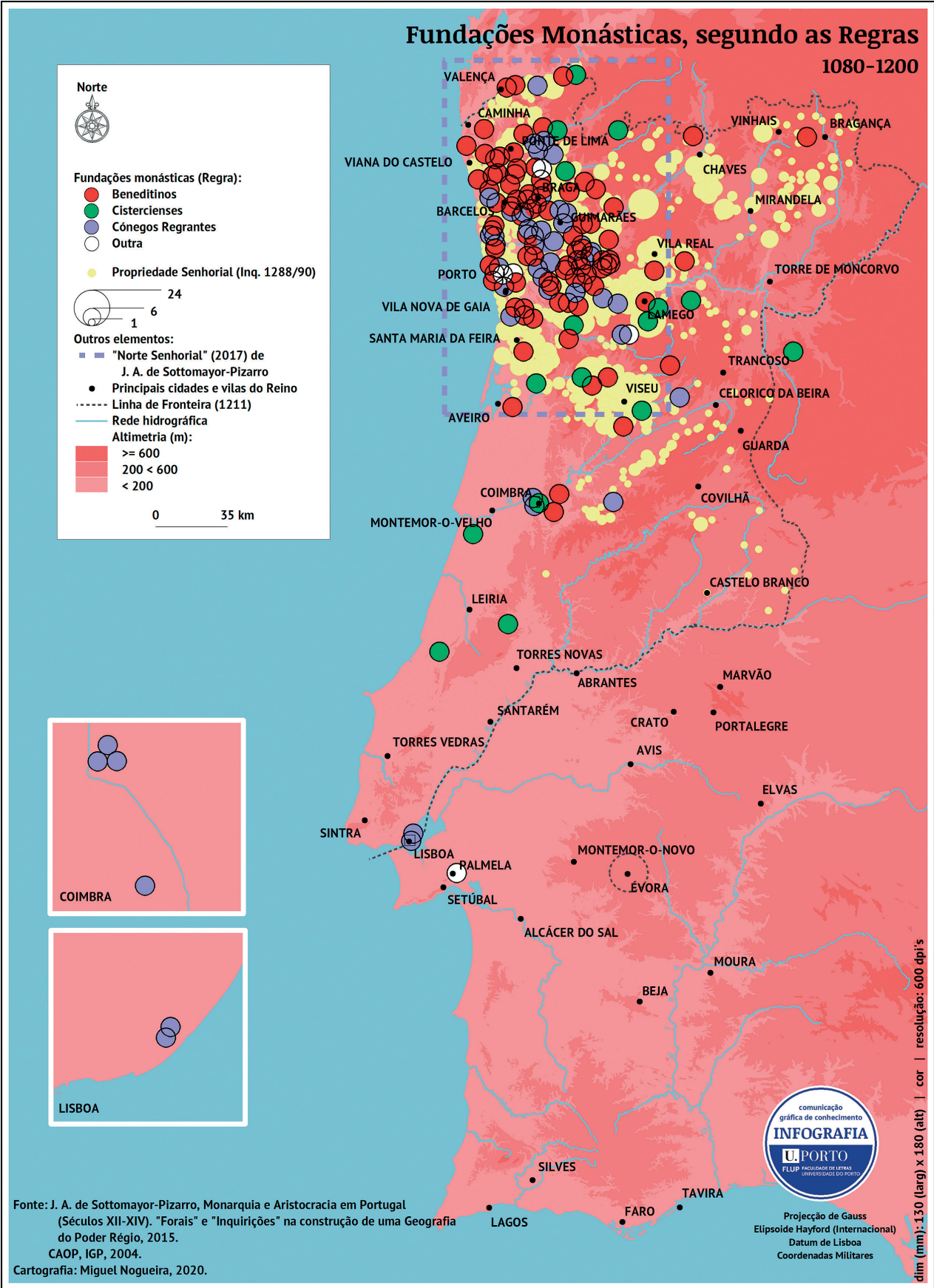
Perspetiva geral de Guimarães, importante centro senhorial do condado de Portucale no século x (Foto JNG)

das famílias que se afirmaram nos séculos XI e XII, embora numa escala territorial mais restrita, a fundação ou patrocínio, por exemplo, dos mosteiros de Grijó, de Santo Tirso, de Paço de Sousa, de Pombeiro de Riba de Vizela ou de Fonte Arcada, revelando o predomínio social e político que exerciam no entorno desses diferentes cenóbios, aos quais fizeram generosas doações patrimoniais e conseguiram significativos privilégios e doações régias.

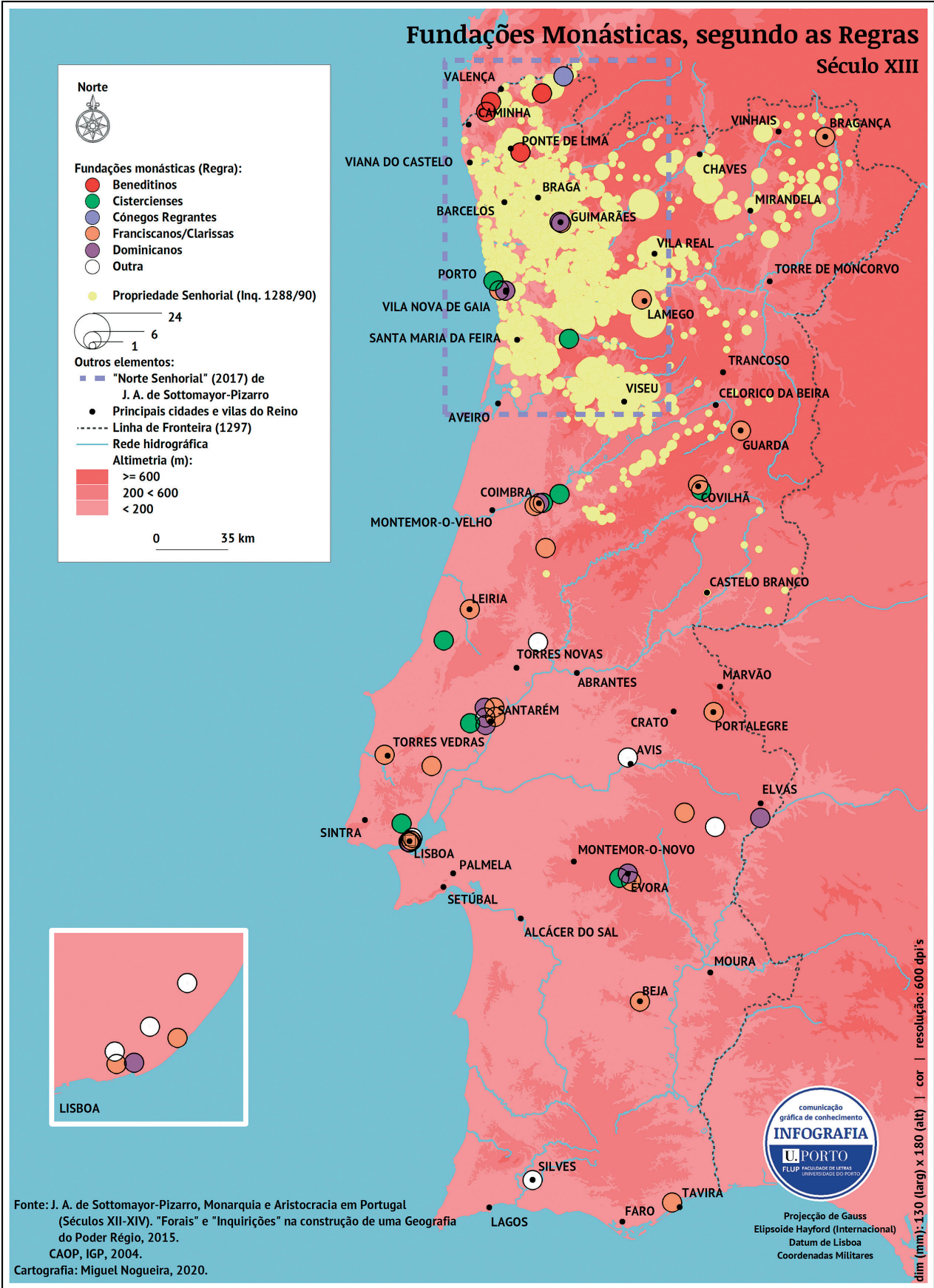
O acima referido *Norte Senhorial* – conceito territorial da autoria de José Mattoso, que em linhas muito gerais se poderia delimitar a norte e a sul pelas bacias dos rios Minho e Douro, e que eu sem reservas tenho prolongado até ao rio Vouga, e desde o Atlântico até aos dois eixos hidrográficos Tâmega-Corgo e Paiva-Varosa, esquematicamente perpendiculares ao rio Douro –. Ora, não deixa de ser significativo que, das 159 casas monásticas fundadas no território português entre o século IX e o final do século XIII, 111 (70,25%) se localizassem nas dioceses de Tuy (18), Braga (39), Porto (42), Lamego (6) e Viseu (6), ou seja, inseridos na sua maior parte naquele território, com 36 (22,78%) cenóbios nas dioceses de Coimbra (16), Guarda (4) e Lisboa (16), e os restantes 11 (6,96%) nas dioceses de Évora (9) e de Silves (2); realidade que ganha ainda mais impacto quando a vemos cartografada (Mapas 1 a 3). Por outro lado, também não podemos deixar de valorizar o facto de o peso das regras monásticas mais antigas – beneditinos, cónegos regrantas e cistercienses – ser esmagador naquela mesma região (Tuy – 100%; Braga – 92,3%; Porto – 90,4%; Lamego – 83,3%; Viseu – 100%), atestando por isso a sua antiguidade, tanto em termos fundacionais como do patrocínio aristocrático. Pelo contrário, a acção fundadora de cunho aristocrático no quadro da implantação das ordens mendicantes foi muito menos expressiva (Mapa 3).



Mapa 1 - A Rede Monástica e o Norte Senhorial (séculos IX-XIII). (Mapa: José Augusto Sottomayor-Pizarro e Miguel Nogueira. Infografia/FLUP)



Mapa 2 - A Rede Monástica e o Norte Senhorial (séculos XI-XIII). (Mapa: José Augusto Sottomayor-Pizarro e Miguel Nogueira. Infografia/FLUP)



Mapa 3 - A Rede Monástica e o Norte Senhorial (século XIII). (Mapa: José Augusto Sottomayor-Pizarro e Miguel Nogueira. Infografia/FLUP)

De resto, uma simples pesquisa pelos textos das diferentes *Inquirições Gerais*, efetuadas pelos monarcas portugueses ao longo do século XIII e da primeira metade do século XIV, é mais do que suficiente para documentar dezenas de referências às relações próximas que pautaram a convivência entre as instituições eclesiásticas, particularmente as monásticas, e a aristocracia, como era o caso do direito de padroado, ou seja, da apresentação dos párocos, que normalmente representa a maioria dos casos. De resto, o exercício do direito de padroado foi em muitos casos o resultado da mutação de igrejas próprias em igrejas paroquiais, ou da conversão de pequenos eremitérios ou mosteiros, também de fundação aristocrática, em outras tantas igrejas paroquiais, consequência, num caso como no outro, das profundas transformações que marcaram a evolução da Igreja desde meados do século XI, como acima se referiu, tanto a nível das regras monásticas, da liturgia ou da organização eclesial, como já foi devidamente sublinhado em outros capítulos. Também o exercício de vários direitos usufruídos por centenas de nobres entre os séculos XI e XIV junto de dezenas de mosteiros ou igrejas, as chamadas *naturas* ou *comedorias*, eram o resultado dessa relação tão umbilical entre comunidades monásticas e as famílias que as fundaram ou protegeram, como tive a oportunidade de demonstrar em 1987 e em 1999.

Pela sua importância no conjunto do grupo aristocrático, que claramente se impunha no momento da fundação do reino de Portugal, é muito comum referir a ligação dos Sousas ao mosteiro de Arnóia, e depois ao de Pombeiro de Riba de Vizela, tal como a dos senhores da Maia às comunidades de Santo Tirso de Riba d'Ave ou de Moreira da Maia; os de Baião estavam ligados à comunidade de Pendorada, mas a sua forte segmentação acabou por vinculá-los a numerosos cenóbios dispersos por todo o território nortenho; o mesmo se diga dos de Ribadouro, associados a Paço de Sousa e a Pendorada, ou a Cárquere e Arouca, e depois diretamente ligados à fundação de Tuias, Tarouquela ou Salzedas, tal como os Bragançons estiveram ligados à fundação do mosteiro de Castro de Avelãs; todavia, o panorama não se altera quando se passa para famílias de nível médio como os Cunhas, que patrocinaram os mosteiros do Souto ou de São Simão da Junqueira, tal como os senhores de Lanhoso aparecem claramente associados à fundação de Fonte Arcada, o que significa que a ligação entre o mundo monástico e o mundo aristocrático é um dos traços definidores do *Norte Senhorial* e, logo, da pujança e expansão da arquitetura românica.

Finalmente, não se pode esquecer que as alianças matrimoniais permitiram que as gerações posteriores cruzassem o seu sangue com as famílias fundadoras ou protetoras de outras comunidades monásticas menos conhecidas ou meras igrejas paroquiais. De resto, não se poderia presumir o contrário, tendo em conta que um número considerável de nomes de padroeiros se repete em mosteiros diferentes, fruto da transmissão hereditária destes direitos de padroado e das comedorias ao longo de gerações e gerações, ou seja, por via masculina e feminina, tal como, na verdade, acontecia com todo o património familiar. Também isso explica a imagem que as *Inquirições Gerais* nos legaram de um território profusamente retalhado e partilhado.

Muitos dos exemplos recolhidos nas *Inquirições* de 1258 são bastante claros quanto ao período em que ocorreram as doações, algumas delas, à época, já com mais de 100 anos; tal como retiveram a memória do nome dos indivíduos ou das famílias que lhes estavam associados – Sousa, Ribadouro, Maia, Baião, Lanhoso, etc. –, ou seja, aquelas a quem os nobiliários dos séculos XIII e XIV destacavam como as mais antigas e prestigiadas famílias da nobreza portuguesa. O *Livro Velho de Linhagens*, redigido por um monge do mosteiro de Santo Tirso pelo final da centúria de Duzentos, é muito claro ao afirmar que algumas dessas famílias tinham sido responsáveis pela autonomia de Portugal – *Agora, amigos, se vos plaze vos contaremos os linhagens dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filbar o reino de Portugal. E eles, meos amigos, foram partidos em cinco partes (...), Sousãos, Bragançons, Maia, Baião e Riba Douro* –, enquanto o *Livro de Linhagens do Deão*, redigido cerca de meio século depois no meio capitular bracarense, destacava a íntima ligação entre alguns dos patriarcas das linhagens mais prestigiadas da aristocracia nortenha e a fundação de mosteiros:

— porque del'o tempo d'el Rei dom Afonso, o que ganhou Toledo, acá, foram feitos os mais dos mosteiros e das igrejas e dos coutos e das honras. Ca em tempo deste Rei que reinou longamente foram muitos ricos homens e infançoens que ora poremos por padroeiros onde descendem os filhos d'algo. Em tempo deste rei foi dom Egas Gomes de Sousa (...) e dom Suer Guedaz, o da Varzea, (...) e dom Egas Pais de Bouro e de Penegate, (...) e dom Pai Guterres de Tibães e dom Vasco Nunes de Bravães, (...) dom Godinho Viegas de Vilar de Frades, (...) Airas Calvo de Buiro, (...) Nuno Soares d'Egrijó, Egas Soares Usurei, de Cucujães.

Também o Conde D. Pedro de Barcelos, no conjunto de razões que o levaram a compor o seu célebre *Livro de Linhagens*, redigido pouco depois do anterior, invoca a necessidade dos fidalgos saberem de quaes moesteiros som naturais e bem-feitores. Como afirmei em 2014, "Não creio, em suma, que seja necessário aduzir mais argumentos para sublinhar a importância da intensa relação entre a aristocracia e as comunidades monásticas no território que agora se vai analisar. A forte densidade da articulação entre ambos, por outro lado, faz adivinhar uma dinâmica de senhoriação muito intensa, e que naturalmente condicionou desde muito cedo a forma como aquele território se organizou, assim como as populações e as instituições eclesiásticas que ali se fixaram e desenvolveram".

Como facilmente se compreenderá, o espaço limitado de que disponho não permite uma abordagem aprofundada sobre a senhoriação de todo o território abrangido pela designação de *Norte Senhorial*, quer do ponto de vista aristocrático quer eclesiástico, nas suas vertentes secular ou regular, e ainda monástico-militar, isto é, relativo às Ordens Militares. No fundo,

Interior da igreja de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães). Fundada por a condessa Mumadona Dias, como mosteiro de Santa Maria, por volta de 950, o edifício atual foi encomendado por D. João I em agradecimento à Virgem pela sua vitória na batalha de Aljubarrota no ano 1385 (Foto JNG)





Depois da conquista de Coimbra, em 1064, a cidade tornou-se o centro político mais importante. Aqui, no mosteiro de Santa Cruz, foi enterrado Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal (Foto JNG)

trata-se apenas de um capítulo introdutório de enquadramento geral, e não de um ensaio específico como o realizado em 2014, relativo à senhoriação dos vales dos rios Sousa, Tâmega e Douro.

Todavia, os textos dedicados a cada um dos monumentos que agora passam a integrar este volume, e que se desenvolvem a partir dos capítulos introdutórios, já referem alguns aspetos que permitem compreender o fenómeno da senhoriação de uma parte daquele território. Assim, o que aqui proponho, é uma síntese daqueles elementos que podem permitir uma compreensão mais sustentada e que permita a integração das parcelas mais pequenas no todo.

Em primeiro lugar, um dos aspetos que mais se irá destacar pela leitura dos vários textos é o facto de muitos dos cenóbios que se adaptam às regras beneditina e regravante, ou ainda depois à cisterciense, a partir do último quartel do século XI, terem na sua génese pequenos eremitérios ou mesmo já comunidades monásticas muito reduzidas ou até inertes, que vinham mesmo do século IX, no rescaldo das presúrias dessa centúria, mas a mais das vezes do século X; foi o caso, meramente exemplificativo, do mosteiro de Santa Maria de Guimarães, fundado pela célebre condessa Mumadona Dias, por volta de 950, cenóbio que depois deu origem à bem conhecida Colegiada que marcou de forma indelével o burgo vimaranense desde o início do século XII.

Ora, como também facilmente se percebe, é graças aos diplomas relativas àquela Condessa, seja o da dita fundação, seja o do seu testamento ou de inventários dos bens daquele mosteiro promovidos pelos monarcas leoneses, que hoje temos as notícias mais antigas sobre alguns dos templos existentes a norte do rio Douro, quando não, mesmo, as primeiras menções aos topónimos que os localizam. E, uma vez que mais acima tive a oportunidade de enquadrar o segmento médio do grupo aristocrático, os *Infanções*, creio que agora se justifica, ainda que muito brevemente, que caracterize o patamar superior daquele mesmo grupo, o da *Nobrezza Condal* – e desde há muitos anos analisada por José Mattoso, nomeadamente num estudo

incontornável de 1982 –, ao qual Dona Mumadona Dias pertenceu e, diga-se até, foi um dos seus mais notáveis elementos.

A nobreza condal que se desenvolveu no território pré-nacional, entre os meados do século IX e o final do século XI, estruturou-se assim a partir dos vários condes enviados por Afonso III das Astúrias logo a partir do início do reinado, para *reconquistar* ou repovoar as regiões fronteiriças meridionais da extrema ocidental do reino asturiano. Destacaram-se, entre outros, o conde Vímara Peres, responsável pela presúria do Porto, “fundador” da família condal Portucale, e o conde Hermenegildo Guterres, que está na origem da família condal de Coimbra, cidade que ocupou em 878. Os condes, que representavam a autoridade régia astur-leonesa na região compreendida pelos rios Minho e Mondego – sendo o rio Douro a fronteira que dividia os dois condados – chefiavam, portanto, um grupo de parentes que controlavam grande parte das funções políticas, administrativas e judiciais.

O seu poder, baseado no exercício de diversos cargos públicos e apoiado em vastos, mas dispersos domínios fundiários, aliado ao prestígio social e à importância estratégica e militar que lhes advinha do controle da defesa meridional, permitiu-lhes o exercício de uma influência política continuada na corte régia astur-leonesa. Influência muitas vezes decisiva no decurso do século X, tanto ou mais presente quanto as diversas circunstâncias no decorrer dessa centúria foram debilitando gradualmente a autoridade dos monarcas, a ponto de vários condes, como o de Portucale ou o de Castela, terem assumido posturas de uma autonomia quase soberana.

Entretanto, a partir do início do século XI a nobreza condal começa a apresentar indícios de decadência, que se irá acentuar até à sua extinção na segunda metade da centúria. As razões apontadas para explicar esse declínio são várias, de entre as quais se pode apontar a decadência biológica. De facto, a partir do momento em que se tendeu ao nível da transmissão da chefia do condado, emulando a prática régia, para uma estrutura mais próxima da linhagística, tornava-se particularmente difícil a substituição do chefe da linhagem, já que se deixava de poder contar com outros parentes próximos, o que por vezes obrigou a entregar o poder à viúva do Conde durante a menoridade do filho. Por outro lado, o facto de não haver indícios de que essas mulheres tenham visto o seu poder contestado ou cobiçado, pode levar a admitir que durante o século XI o mesmo já não seria muito dilatado.

Finalmente, os anos terminais da dinastia astur-leonesa e a chegada ao poder da nova dinastia navarra, a partir de 1037, ditaram em grande medida o destino da aristocracia condal influente a sul do Minho, agora confinada ao condado de Portucale. A influência e a participação dos condes nas intrigas palacianas da segunda metade do século X, a situação de prática autonomia dos condados de Portucale e de Castela nesse período, bem como o repúdio declarado à entronização do novo rei de Leão, com particular gravidade na Galiza, levaram Fernando I a procurar o apoio das famílias situadas no nível abaixo dos condes, os *Infanções*, famílias que, desde as incursões de Almançor e aproveitando a decadência da autoridade leonesa, tinham vindo a afirmar-se junto da fronteira duriense, ou a reforçar a autoridade em outros espaços, mais a norte, que os próprios condes lhes teriam entregado anteriormente. Seja como for, a verdade é que o poder régio delegado nos condes foi diminuindo de tal forma que, por ocasião da conquista de Coimbra, em 1064, é ao moçárabe Sisnando que o rei confia o governo daquela cidade, e ao que parece com autoridade em todo o território a sul do Douro, tal como já antes delegara o governo do próprio condado num triunvirato constituído por membros daquelas famílias secundárias.

Depois, em 1071, no rescaldo da derrota e morte do conde Nuno Mendes na batalha de Pedroso, às mãos do exército do rei Garcia da Galiza, e que contaria com o provável apoio de algumas daquelas famílias, a nobreza condal desaparecia, encerrando-se dessa forma o ciclo da aristocracia galego-portuguesa.

Desapareceu do cenário político, é verdade, mas continuou através de diversas linhas familiares e ainda, como se referiu, pelos vários vestígios que deixou na documentação. Como

*Mosteiro de São
Salvador de Paço
de Sousa, ligado
à linhagem dos de
Ribadouro
(Foto JNG)*



*Mosteiro de Santa
Maria de Pombeiro,
reconstruído no
período barroco, mas
nos séculos românicos
estava ligado aos
Sousas (Foto RR)*



se verifica a propósito de muitos templos reformulados no final do século XI ou no século XII, as primeiras menções que os identificam, por exemplo Arões, Serzedelo, Vizela, Souto, São Torcato ou Tabuadelo, surgem a partir dos já referidos diplomas que concernem aos bens de Dona Mumadona ou do mosteiro que fundou pelos meados do século X, para não falar da própria igreja de Nossa Senhora da Oliveira, ou mesmo da capela de São Miguel do Castelo, castelo que a mesma Condessa mandou construir.

Esses diplomas, por outro lado, revelam esse carácter disperso do património fundiário da nobreza condal, imenso, na verdade, que poderia ir desde o norte da Galiza até às margens do Mondego ou desde as dunas atlânticas até às altas terras durienses. Aliás, talvez que essa dispersão tenha sido responsável pelo número reduzido de fundações monásticas por iniciativa condal, preferindo associar-se a uma única instituição que concentrava as necessidades de proteção espiritual da família, fosse Santa Maria de Guimarães, Lervão ou a Vacariça, mas também Celanova ou Sobrado, repito, desde o Mondego ao norte galego, passando pelo vale do Ave. Poucas famílias condaís, portanto, pois bem se compreende o exclusivo do posicionamento político e social das mesmas, ou seja, a verdadeira elite que rodeava, ou mesmo aparentava com os reis das Astúrias-Leão. Um parentesco que permitira aos condes de Portucale ascender até à cúspide do poder político e cortesão, sendo várias as filhas dessas famílias que geraram alguns dos monarcas asturianos.

Num plano oposto, aceitando agora que esta é a forma correta de o colocar, as famílias de Infanções eram muitas mais e, como já foi referido, com um poder fundiário muito menor do que o daqueles outros magnates, mais caracterizado pela concentração do que pela dispersão, pelo que o seu domínio territorial era mais circunscrito. Daí, também, a sua associação, não à globalidade do território – Portucale – mas antes a parcelas menores: as mais poderosas às terras – Sousa, Maia, Lanhoso, Bragança, etc. – que governavam em nome dos monarcas, e daí a sua qualidade de ricos-homens; e as outras, de nível médio ou até inferior, a áreas mais modestas, que não passavam de um par de lugares ou de uma freguesia – Riba de Vizela, Vasconcelos, Cunha, Azevedo, Barbosa ou Correia, etc. –. De uns e de outros, porém, acabariam por retirar o nome, assumindo-o desde os finais do século XII e início do seguinte como apelido.



Igreja do antigo mosteiro de São Salvador de Bravães, fundado cerca de 1080 por D. Vasco Nunes de Bravães, nobre estreitamente relacionado com o rei D. Afonso VI de Leão (Foto MSCH)



Túmulo no centro do absidiolo sul do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. Pertence a de D. Nuno Martins de Chacim, tenente de Braçança e aio do rei D. Dinis I, que morreu em 1284 (Foto MLB)

Para além da documentação condal, que como é natural dá conta de um número reduzido de indivíduos, os quais, pelos avatares da política acabaram por ser afastados, e da documentação eclesiástica, excelente, deva-se dizer, em particular os Censuais emanadas pelas chancelarias arquiépiscopal bracarense e episcopal tudense, portuense e lamecense, porque oferecem os referenciais cronológicos e espaciais sobre a densa malha paroquial que cobria o território em apreço, de entre as quais se destaca a que estudou Avelino de Jesus da Costa (1990-1997), devemos à iniciativa régia a tipologia documental que mais nos pode auxiliar na hora de tentar enquadrar o grupo aristocrático no período que coincidiu com a construção da maioria dos edifícios estudados, ou seja, os séculos XII e XIII. Refiro-me, como é evidente, às *Inquirições Gerais* promovidas pelos monarcas portugueses ao longo dos séculos XIII e XIV.

Fruto do antagonismo que opôs o poder régio aos poderes senhoriais, eclesiástico primeiro e aristocrático depois, desde D. Afonso II até D. Dinis, aqueles inquéritos serviram para os reis irem tomando o pulso, se assim posso dizê-lo, às forças que impediam, às vezes mesmo



Cavaleiros esculpidos no portal oeste do mosteiro de Vilar de Frades (Fotos MLB)



Serzedelo. Túmulo com tampa gravada. Neste lugar Dona Mumadona Dias tinha alguns bens no século x (Foto MLB)



Mosteiro de Alcobaça. Inscrições funerárias de D. Gonçalo Mendes de Sousa (1243). Entre as duas epígrafes encontra-se o relevo de um cavaleiro, com a caderna de crescentes, armas dos Sousas, nas gualdrapas do cavalo (Foto JNG)

frontalmente, a concretização de uma política de cunho centralizador, que em grande parte devolvesse à autoridade monárquica alguns poderes que esta, em momentos de maior debilidade, como o foram os séculos X e XI, alienara na mão dos poderosos condes, e que estes, depois, também no tempo do seu próprio estertor viram fugir para as mãos daqueles que inexoravelmente os suplantaram e substituíram.

Entrados no século XIII, portanto, D. Afonso II perguntou, em 1220, o que tinha a Coroa em cada freguesia da área ocidental do arcebispado de Braga, à frente do qual se posicionavam homens da Igreja intransigentes face às ambições régias de tudo controlar, tal como o fizera o Papa Alexandre III perante a desmedida ambição de domínio imperial na Itália por parte de Frederico I Hohenstaufen. Depois, o seu filho D. Afonso III, perguntou em 1258 o que tinham todos, casal por casal e freguesia a freguesia, numa área que ia desde o rio Minho até aos contrafortes setentrionais da Serra da Estrela. Trinta anos passados, em 1288, chegava a vez de D. Dinis perguntar o que tinham os senhores, desde o rio Minho até ao rio Tejo; com uma novidade, acrescente-se, já que os abusos apurados em 1288 foram sentenciados por um tribunal da Corte em 1290 e as respetivas sentenças executadas nesse mesmo ano e no seguinte. Finalmente, D. Afonso IV, pelos meados da década de 1330 perguntou, caso a caso, como exerciam os senhores, laicos ou eclesiásticos, determinados poderes jurisdicionais – no caso de não provarem documentalmente que o seu exercício fora resultado de uma concessão régia, então perderiam esses direitos –. Entre 1220 e 1343, data das últimas Inquirições Régias feitas em Portugal, os senhores estavam em grande medida controlados pelo poder régio. A minúcia e o rigor destas fontes, verdadeiramente excecionais, mesmo em termos europeus, permitem avaliar os direitos régios, o exercício de padroados, o património existente em cada freguesia e o respetivo proprietário ou os abusos senhoriais cometidos, não falando já da sua estrutura económica, através das várias rendas pagas em géneros ou serviços. Uma verdadeira mina de informações, que muitos autores já exploraram, muito embora a sua dimensão excecional ainda permita muitos mais estudos.

Em conclusão, se o Românico teve a enorme capacidade de se difundir por toda a Cristandade a partir dos finais do século XI, beneficiando de condições muito vantajosas do ponto de vista económico e demográfico, por um lado, de uma maior estabilização política e até de expansão, como parece ser o significado da 1ª Cruzada ou do avanço da Reconquista na Hispânia, por outro, em conjugação com as reformas eclesiásticas e monásticas e o aumento do fluxo das peregrinações, não deixa de ser obrigatório sublinhar o papel da aristocracia em todo esse movimento, ao associar o prestígio da fundação ou da proteção das comunidades monásticas à sua vontade de protagonismo, demonstrando assim o seu poder político e económico, e beneficiando da proteção espiritual daquelas comunidades, para onde encaminharam especialmente as suas filhas, onde se casavam e onde, por fim, descansavam no sono eterno sempre sob a guarda das orações e das invocações sagradas protetoras das suas almas e das suas famílias.

Bibliografia

COSTA, A.J., 1997-2000; MARTÍNEZ SOPENA, P., 2007, pp. 67-99; MATTOSO, J., 2001a; MATTOSO, J., 2001b; MATTOSO, J. *et alii*, 1982, pp. 17-74; MATTOSO, J. *et alii*, 1986, pp. 171-243; MATTOSO, J. *et alii*, 1989; PMH, INQ.; PMH, INQ. 1288-91; PMH, LL; PMH, LM; PMH, LVL; ROSAS L.M.C. e SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2009, pp. 81-116; SÃO PAYO, L.M.V., 1987, pp. 45-71; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 1990, pp. 185-248; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 1995; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 1999; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2000, pp. 607-620; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2012, pp. 31-35; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2013a, pp. 275-292; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2013b, pp. 86-108; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2014; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2015b, pp. 22-38.

